

**PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE LIVROS NO BRASIL: DOS
JESUÍTAS (1550) AOS MILITARES (1970)**
*PRODUCTION AND CIRCULATION OF BOOKS IN BRAZIL: FROM JESUITS
(1550) TO MILITARS (1970)*

César Augusto Castro, Doutor
ccampin@terra.com.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO

Análise da produção e circulação de livros no Brasil. Discute-se a censura aos livros tendo-se como referente a Ordem dos Jesuítas (1550) e a ação dos militares na década de 70. Trata-se de algumas estratégias para socialização da leitura como a produção dos livros de bolso e a venda de livros em farmácias. Aborda-se o livro didático universitário e a ação da COLTED e papel do INL no sentido de fazerem circular em todo o país livros e criarem-se bibliotecas públicas. Faz-se referência às formas de censura exercidas no Brasil como impeditivas a uma prática leitura crítica, notadamente, o Decreto 1077/71.

PALAVRAS-CHAVE: História do Livro –Brasil. Censura de Livros. Livros Didáticos-Brasil-História.

1 INTRODUÇÃO

Tratarmos da produção e circulação de livros é evidenciar o acesso aos materiais de leitura, na medida em que é impossível dissociar as formas tipográficas da sua recepção pelo leitor. O objetivo deste artigo é discorrer sobre as maneiras pelas quais, em diferentes momentos, da história do Brasil as materialidades tipográficas tiveram seu acesso restrito, fosse da moral religiosa (Jesuítas) fosse pelo alto custo dos mesmos ou, ainda, pelos determinantes políticos (Ditadura Militar). Por outro lado, pretende-se analisar a trajetória do livro de bolso (chamado dos pobres) e como o mesmo modificou as formas de leitura e possibilitou o acesso ao livro pela população de baixa renda.

2 OS JESUÍTAS

No Brasil, desde os jesuítas que instituíram os primeiros sistemas de ensino, têm-se notícias de bibliotecas que serviam de suporte às atividades docentes e catequéticas. Os impressos, material básico no processo ensino/docente da Ordem, de forma a atenderem às necessidades de leitura e escrita foram as primeiras obras de cunho didático que possuíram os

estudantes brasileiros.

Escasseavam mais os livros de texto para as escolas. Ao começar o Colégio de São Paulo de Piratininga, não existiam artes nem livros, pelos menos para todos. Via-se obrigado Anchieta a escrever os indispensáveis apontamentos e a distribuí-los pelos alunos. Na Baía, pedia o P. Grão, em 1555, livros de textos, tanto para os que principiavam como para os mais adiantados (MORAES, 1979, p. 34).

Os livros que entravam no Brasil através das ordens religiosas eram enviados da Europa pelos padres da Companhia ou pelo rei, diante das constantes reivindicações dos jesuítas. Contudo, não podemos deixar de mencionar outras ordens como as dos Beneditinos, dos Franciscanos, que criaram escolas e grandes bibliotecas. “Os livros, se não vinham de esmola, compravam-se. Marçal Beliarte, benemérito das letras, comprou de uma só assentada, 15\$000 réis deles, e enviou, por outra âmbar que rendeu 40\$00 réis. Os livros que se comprovam com o âmbar valeriam na Baía 89\$00 réis” (LEITE, 1938, p.541). Os livros eram em Latim, de modo que, em 1553, o Padre Correia os pedia em linguagem, ou seja, em outro idioma que não fosse este, cuja justificativa era “... por que não sou latino, isto é, porque não posso utilizar livros em latim que não compreendo” (LEITE, 1938, p.541). Em 1593, o padre João Vicente Yate os solicitava a Lisboa em outro idioma, principalmente em Inglês e Espanhol.

Uma forma de ampliação dos acervos das bibliotecas, além das esmolas¹ e compras, ocorria quando da morte de um jesuíta que tinha seus livros inventariados e recolhidos à biblioteca dos colégios. Além de restritos, os livros das bibliotecas eram levados para fora das Capitanias, quando padres se deslocavam para fundar outras missões, ocorrendo, algumas vezes, ataque dos piratas ingleses que roubavam os livros e os vendiam a preços aviltados em outras localidades do país, pois eram objetos raros e de alto valor. (MORAES, 1979).

Se com o furto desapareciam alguns livros das bibliotecas, com o empréstimo milhares “Para arruinar-se em pouco tempo uma biblioteca, basta emprestar os livros” (MORAES, 1979, p.12) diziam os jesuítas. E sendo assim, em 1589, foi ordenado que os livros “[...] estivessem todos em ordens e numerados ‘da banda de fora’, para que facilmente se saiba quando falta algum” (MORAES, 1979, p.13). Princípios estabelecidos pelo campo da Biblioteconomia com igual finalidade.

O controle não se dava somente para evitar danos e furtos, mas também sobre quais livros deveriam ser lidos pelos alunos, de maneira que obras obscenas e heréticas, prejudiciais

¹ A expressão esmola significava, na época colonial, qualquer tipo de doação de um bem material cedido a pessoas ou instituições.

à edificação e aos bons costumes, fossem eliminadas ou corrigidas “Isto era em 1595, mas já estava em vigor, desde o tempo de Santo Inácio, a legislação geral no que toca os livros obscenos e heréticos, aqueles totalmente proibidos, os segundos admitidos com as devidas cautelas”. (MORAES, 1979, loc.cit).

Dentre as obras proibidas, estavam as “poéticas” e as escritas “em romance”; a estas o rigor era intenso, pois causavam devaneios na mente dos jovens e obstáculos ao cultivo do latim, e, ainda, as chamadas clássicas: “A Congregação Provincial da Baía (1583) propôs que se desse alguma emenda aos livros de humanidades de Plauto, Terêncio, Horácio e Ovídio. Com efeito, receberam-se no Brasil estes autores, como se usavam, já expurgados e adaptados ao ensino da juventude, no Colégio Romano” (MORAES, 1979, loc.cit). A licença para emendas de livros no Brasil é desde 1564, dada pelo “Cardeal Infante, como legado e laterane Inquisitor Geral, para emendar os livros todo mais que he defesso no cathalogo do sagrado comçilio Tridentino e no nosso, sendo em causas da dita Companhia somente, e do que assim se emendar se poderá usar”. (MORAES, 1979, loc.cit).

Em contrapartida, a vida dos santos e as Sagradas Escrituras eram leituras obrigatórias aos alunos, principalmente aos de níveis mais elevados e, também, as obras de Santo Tomaz de Aquino, Escoto, Soto, Doutor Navarro, Panormitano, Nicolau de Lira e outros recomendados nos três cursos de Humanidades, Artes e Teologia, principalmente no colégio da Bahia.

A leitura destes livros, além do valor catequético e elevação da alma, principalmente a vida dos santos (de glória, renúncia, humildade) tinha o poder de exorcizar. “Conta-se que Manuel da Cunha, morador de Porto Seguro, vendo-se aflito com tentações de demônio, logo ficou livre, lendo a vida do Beato Santo Inácio de Loiola”. (MORAES, 1979, p.16).

3 SETOR LIVREIRO NO BRASIL

As tentativas de produção e circulação de livros no país foram cercadas pela metrópole colonizadora, situação que se minimiza a partir de 1808, com a chegada da Família Real que instala a Imprensa Régia. Apesar da suposta abertura à circulação e importação de impressos para atenderem às atividades pedagógicas e para melhoria dos acervos das bibliotecas existentes e/ou para criação de outros, mantiveram-se inalterados pelo significativo número de analfabetos.

O setor livreiro acompanhava a tendência geral. Bem ao gosto da moda, importava-se muita literatura francesa para uma elite de consumidores cultos e endinheirados.

Enquanto os filhos eram educados, com extrema rigidez, para se tornarem bacharéis, o Brasil contava com a espantosa cifra de 84% de analfabetos - quase a mesma porcentagem de população alfabetizada na França no final do século XIX”. (A ATIVIDADE).

A ampliação de bibliotecas só ocorreu nos momentos de desenvolvimento econômico, cultural, político e educacional, notadamente nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde a agricultura e a indústria favoreceram o acúmulo de capital. O sistema de ensino, para atender à nova burguesia, se fortaleceu com a criação de escolas primárias, secundárias e normais, sendo estas dedicadas à formação de professores que seriam os responsáveis pela educação da futura geração dirigente. Vê-se, assim, que as “[...] bibliotecas florescem geralmente em sociedades em que prevalece a prosperidade econômica, em que a população é estável e instruída [...], onde há grandes áreas urbanas e onde o comércio livreiro está bem organizado” (GOMES, 1983, p.14). Os responsáveis pela criação e zelo dessas bibliotecas eram geralmente pessoas de padrão intelectual e moral, especialmente professores: “quando se fala em biblioteca escolar na Primeira República, não se pode deixar de ter em mente que essas bibliotecas não constituíam mérito do governo, mas de *alguns professores idealistas que lutavam para fazer vingar a idéia de bibliotecas*”. (GOMES, 1983, p. 14) (grifo nosso).

Contudo, havia uma grande deficiência no comércio e na indústria livreira, o que dificultava as iniciativas desses “professores idealistas” de criar e manter bibliotecas em suas unidades de ensino. Esse idealismo do professorado pode ser evidenciado através de Raspantini (1931), em um texto publicado na Revista Educação, e em José Feliciano de Oliveira, no livro *O Ensino em São Paulo* (1963). O primeiro procura estimular a criação de bibliotecas nos estabelecimentos de ensino, pois para ele “as bibliotecas desempenhavam, conjuntamente com os laboratórios de química, gabinetes de físicas, museus, observatórios astronômicos e outros estabelecimentos científicos, vasto campo propício às elucubrações de todos que consideram ‘o gosto das coisas intelectuais’ como parte integrante da vida”. (RASPANTINI, 1931, p.3).

Mas é em OLIVEIRA (1963, p.63), onde o idealismo e o espírito de zelo é bastante nítido

De mim sei que tive por cinco anos uma biblioteca bem carpintejada, bem torneada, com galerias em todas as suas partes, apesar do espaço amplo em que ela foi colocada. Pouco ampla para minhas ambições [...]. Graças a dois créditos especiais quem me confiou o Dr. Bernardino de Campos, pude elevar os magros 2.000 volumes, e folhetos da antiga biblioteca a uns dez mil volumes, que ahi devem estar (si as traças não os devorarem, como ia dolorosamente verificado, nos últimos anos que passei na escola, depois que deixei de ser bibliotecário).

As obras que circulavam no país até a década de 40 eram geralmente editadas em Portugal e na França, nas tipografias Garnier, Arraut, nomes que figuravam nas obras de Machado de Assis, Graça Aranha, Coelho Neto, Alfredo Rangel e tantos outros. Autores que concorriam com os estrangeiros que detinham a preferência nacional, dos romances aos técnicos, por exemplo, os livros de “Direito estrangeiros, com exceção dos de Rui Barbosa, que só não vendiam quando não existiam para vender, enquanto os livros básicos sobre o Brasil de Nabuco, Pompéia, Euclides, Veríssimo, Silvio, permaneciam nas prateleiras”. (ESCARPIT, 1969, p.12).

São fatos que demonstram a grande dificuldade dos autores nacionais em publicarem seus textos, aliados à baixa dos mesmos, fosse pela carência de canais apropriados (tipografia, livrarias), fosse pelo alto índice de analfabetismo e, ainda, sem dúvidas ao afrancesamento da sociedade brasileira que valoriza a leitura, a arte, a ciência e a cultura da França.

Esta influência dava-se no “[...] plano científico, são as idéias de evolução, o darwinismo, o positivismo e o materialismo que encontram eco nas elites políticas e intelectuais brasileiras. No plano cultural, a literatura de Zola, Maupassant, Verlaine e Rimbaud, além das obras naturalistas, dos simbolistas, dos impressionistas. Circulavam também no Brasil os filmes de Pathé Frères e Gaumont, o teatro de Regina Badet, Suzann Deprès e Sarah Bernadt”. (MASSI, 1989, p.324).

Outro fator que dificultava o acesso ao livro brasileiro era o preço, um dos mais caros do mundo, por exemplo, o romance "Cacau", de Jorge Amado, custava no Brasil oito mil réis enquanto a edição Argentina, cinquenta centavos, dois mil quinhentos réis no cambio oficial, conforme relata este autor em entrevista a Andrade (1969). Sobre o preço do livro brasileiro, Márcio da Silva Brito, editor da Saraiva e da Civilização Brasileira, afirma que “[...] o livro, entre nós, ainda é objeto para poucos: só os privilegiados pela educação e pela economia têm a possibilidade de adquiri-lo”. (ANDRADE, 1969, p.45).

Este debate retrata uma situação passada, mais que parece bem atual, na medida em que o acesso ao livro – instrumento civilizatório mais simples – ainda permanece restrito a uma parcela ínfima da população, quer seja pela deficiência dos canais de distribuição, quer seja pelo preço elevado dos mesmos, evidenciando, assim, o elitismo da cultura letrada que historicamente tem se constituído privilégio de poucos.

Retornando ao referencial econômico e educacional como fatores determinantes, quanto ao acesso de impressos, pode-se compreender o predomínio da Região Sudeste, desde a Primeira República, na produção de livros e na instalação de bibliotecas e livrarias: "Das 267 livrarias existentes no Brasil em 1955 e as 94 existentes no Estado de São Paulo eram, em

1959, apenas quatro anos depois, 557 e 194, respectivamente” (ESCARPIT, 1969, p.14). Nos demais Estados, a produção era bastante tímida e a distribuição feita quase que exclusivamente por ambulantes, correios ou por pequenos estabelecimentos que trabalhavam quase sem estoques. “Havia deficiência de produção intelectual pela falta de meios eficazes de publicidades. Os editores se preocupavam mais com os livros de vendagem fácil, as novelas sensacionalistas, as obras colegiais de saída fácil”. (PEREGRINO JUNIOR, 1967, p.84)

Os livros de venda fácil referidos por Andrade (1969) eram os chamados livros de bolso, introduzidos no Brasil por Henrique Bertoso, da editora Globo de Porto Alegre que, nos anos 50 e 60 do século XX, causaram a queda das importações de obras francesas que predominavam neste mercado e que iriam propiciar profundas mudanças nas práticas de leitura e na formação cultural do brasileiro, pois, conforme este autor, eram livros “[...] sem expressão, isto é, policiais, westerns, romances menores em profusão” ANDRADE (1969, p.27). E, ainda, que estas obras perturbavam “[...] o trabalho dos editores realmente sérios [...] que, com raras exceções, passam a dar atenção especialíssima às obras de menor parte, vendo sucesso só nos grandes crimes, na atuação dos gangs, na volúpia do sexo, no rodopio do escândalo, destacados nos títulos ou nas ilustrações das obras, por isso mesmo expostas com absoluta prioridade” ANDRADE (1969 p.35).

Idéia contrária tem Escarpit (1969). Para ele, o livro de bolso muda a escala de divulgação da obra escrita, abundando-lhe, através de novos processos, zonas de leitura ainda não exploradas, seja de grupos étnicos, seja de determinadas camadas da sociedade. Igual entendimento tem Coutinho (1990), ao enumerar as características deste tipo de publicação (chamada de livros de divulgação, dos pobres, baratos), que não obedeciam às regras de comercialização e produção, isto é, tinha técnica própria de venda desligadas das livrarias, bancas de jornal/revistas e farmácias.

Observa-se, portanto a polêmica existente sobre este tipo de material de leitura que rompeu com o modo de impressão até então usual: capa dura, papel de qualidade, aspectos que o encareciam, restringindo o seu acesso. O livro de bolso, por sua vez, impresso em papel barato, sem grandes preocupações estético-tipográficas, possibilitava aos seus favorecidos [livro dos pobres] adquiri-lo em locais como: bancas de jornal, supermercados, farmácias e outros.

Este tipo de material, pela sua tipografia, meios utilizados de distribuição e, principalmente, pelo público a que se destinava, tem similaridade com a Literatura de Cordel

e, também, por ser combatida por aqueles “letrados das luzes” que consideravam “Leitura dos camponeses, os livros de cordel [e os de bolso] são assim desqualificados junto às elites que condenam os textos e desprezam a sua forma descuidada”. (PEREGRINO JUNIOR,1967, p.84).

Contudo, a partir de 1960, face à aceitação do público e aos recursos financeiros advindos com venda de tais livros, as grandes editoras começam a publicar livros de bolsos através de consórcio entre “Civilização Brasileira, José Olympio, Nacional, Martins e Itatiaia de Belo Horizonte para lançar reimpressos [...] em edições de pequeno formato de 50.000 exemplares. A distribuição deveria ser feita em bancas de jornais e em quiosques de aeroportos” e farmácias. (PEREGRINO JUNIOR,1967, p.86).

A venda de livros em farmácias foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 377 de 23 de dezembro de 1968 que no Art.1 autorizava “[...] o farmacêutico, em seu estabelecimento sob sua orientação técnica, manter seção de livros para venda pública [...]”, maneira pela qual o livro poderia atingir lugares distantes e maior número de pessoas, contudo este tipo de circulação teve reduzida aceitação junto ao público, conforme explicita”. (LIVROS, 1969, p. 222).

Além do maciço investimento em livros de bolso a partir desta data, as editoras começam a investir nos livros didáticos que tinham “saída fácil” e constituíam, no começo dos anos sessenta, grande problema face ao atraso editorial do país, neste tipo de publicação, principalmente para atender o meio acadêmico. Esta questão é de natureza complexa e antiga, remonta desde o período colonial como abordamos no início deste texto, e que não cabe aqui aprofundar. Interessa-nos, no momento, discorrer, mesmo que brevemente, sobre a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) do Ministério de Educação e Cultura, instituição do tipo misto, resultante do convênio entre o Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL) e a United Agency for Internacional Development (USAID). Criada pelo decreto presidencial nº 59.355, de 4 de outubro de 1966, com o objetivo de eliminar o impasse entre as editoras privadas e o governo, polêmica que se agravou quando a FENAME e a Fundação para o Livro Escolar de São Paulo começaram a investir na publicação de livros didáticos, interferindo no lucro das 70 editoras que, nesta década, publicavam livros destinados aos três níveis de ensino, a exemplo da Melhoramentos, Abril, Atlas, Ao Livro Técnico, dentre outras. A solução encontrada pelo governo foi a institucionalização do Programa Nacional do Livro Didático, executado pela COLTED, com o objetivo de adquirir livros das editoras, ampliando os lucros do mercado editorial, desde os livreiros varejistas até

fabricantes de tinta para impressão “[...] certamente a COLTED beneficiou o lado industrial, pois significava que perto de nove milhões de dólares estavam sendo investigados no setor livreiro apenas seis meses após o início do programa”. (HELLEWEEL, 1985, p.435).

Assim, parlamentares e observadores internacionais criticam a COLTED, alegando que a mesma contribuía com o imperialismo cultural que, a partir de então, se agravava e era também uma artimanha para transformar os livros da McGraw-Hill obrigatórios em todos os níveis de ensino, a partir do conceito de fornecimento gratuito generalizado de livro didático que não fazia parte da nossa tradição educacional. Isso levaria a sua absorção pelo INL e o seu fim em 1971.

Foi na década de 70 que a censura a livros e periódicos intensificou-se. O decreto 1077, de 06 de janeiro, do Ministro da Justiça Alfredo Buzaid, determinava que a divulgação de livros e periódicos (nacionais e importados) em todo o país ficaria subordinada à verificação prévia da Polícia Federal, a quem caberia analisar a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes. Se o conteúdo da publicação feria os “princípios da família”, da “política nacional”, os livros deveriam ser encaminhados ao Ministério de Estado da Justiça.

Os autores, editores, distribuidores ou responsável não divulgarão a publicação enquanto a autoridade competente não o tiver liberado [...]. O exame por parte do delegado será concluído através do despacho no qual dará conhecimento ao interessado; sendo 20 dias para livros e 48 horas para periódicos a contar da apresentação dos originais e para tal finalidade deveria dispor de colaboração de pessoa competente, inclusive estranhas aos quadros do serviço público, desde que moral e intelectualmente habilitados a realizá-lo (BRASIL, 1970, p.9).

Para efetivo cumprimento da lei, as editoras de livros e periódicos, pessoas que labutavam com materiais impressos, deveriam ser cadastradas nas delegacias da Polícia Federal.

Restrições eram feitas às publicações de caráter filosófico, científico, técnico ou didático, as que, naturalmente, excluídas à finalidade visada por lei: “Além destas, ficavam livres de verificação as que não versarem sobre assunto como sexo, moralidade política e bons costumes”. (BRASIL, 1970, p.212).

Este decreto, estabelecido no auge da ditadura militar, demonstra o caráter cerceado das idéias e da livre expressão, ações próprias dos períodos onde um pequeno grupo controla o político, social, econômico e cultural de toda uma sociedade. Portanto, as instituições que lidam com a cultura e a educação, a biblioteca e a escola, por exemplo, são diretamente atingidas e os profissionais que nelas atuam, ao assumirem uma atitude de concordância com os modos de transmissão do saber ou censurar o que deve ser posto à mão do leitor,

contribuem sem dúvida para a reprodução do regime estabelecido.

Algumas indagações advêm desta questão de que modo às bibliotecas se comportam diante do decreto? Os livros existentes nas bibliotecas sobre Marx, Paulo Freire e outros chamados revolucionários ou inimigos da moral e dos bons costumes foram trancafiados em espaços “reservados para este fim” ou ficaram livres da repressão? E os bibliotecários, que atitude tomaram diante do cerceamento das idéias, uma vez que tinham como bandeira de luta a democratização da informação, ou esta depende do momento político?

Um exemplo bastante elucidativo da repressão militar nas bibliotecas foi o caso ocorrido em Natal, onde, no início de 1964, as bibliotecas da *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler* foram abandonadas e seus acervos tiveram os mais diferentes fins, pois se tornavam alvos principais dos militares “[...] que penetraram nas bibliotecas [do centro de formação de professores] e provocaram autêntico rasga-rasga de livros. Ainda a propósito, os jornais fizeram publicar seguidamente matérias sobre os livros apreendidos”. (GERMANO, 1982, p.137).

Cadernos do Povo Brasileiro, editados pela Civilização Brasileira, e um exemplar da Vida de um revolucionário, de Agildo Barata. Logo abaixo da foto [publicada nos jornais] encontrava-se a legenda: ‘Parte do material apreendido pelo RI em diversas escolinhas da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler. Livros de Karl Marx e Proudhon também foram encontrados[...]’ e, ainda: Capitalismo e escravidão, de Fernando Henrique Cardoso; Ianques contra Cuba, de José Rego de Estrela [...], Livro de Leitura da Campanha e livros militares. Noções militares fundamentais, Exercícios de combate de campanha, dentre outros”. (GERMANO, 1982, p.139)”.

Diante destes cenários, cabe-nos refletir sobre as ações do Instituto Nacional do Livro (INL), órgão do MEC, responsável pela circulação de livros na esfera do Estado. A sua própria origem em 1937, no governo autoritário de Vargas, demonstra o papel que deveria assumir. Também pós-64 quando passa por amplas reformulações, no momento em que “A presença do Estado exerce-se ainda, e, sobretudo, através da normalização da esfera cultural [...] são baixadas inúmeras leis, portarias que disciplinam e organizam os produtos, a produção e a distribuição de bens culturais, etc” (GERMANO, 1982, p.137).

Com atribuições diversas, o INL assumia o papel de disseminador, produtor de impressos e coordenador das políticas das bibliotecas públicas e escolares. Provavelmente, tenha sido neste campo onde a sua atuação foi mais significativa, porém sem deixarmos de contextualizar suas ações no momento político autoritário, moralizador em que são criadas as bibliotecas demonstrativas ligadas aos Centros Cívico, que pretendiam “[...] despertar a comunidade para participação na vida cultural da região, com vistas à integração social, à

elevação do nível educativo e cultural, conseqüentemente influenciando no desenvolvimento econômico e na segurança nacional”. (GERMANO, 1982, p.139).

Um dado elucidativo desta questão e que merece breve exposição foi o incentivo dado a Natal, onde foram instaladas várias minibibliotecas nos diversos bairros da capital, carros-biblioteca que circulavam pela periferia, emprestando livros à comunidade e, ainda, as Unidades Culturais, que funcionavam como projeto piloto. Desenvolvida por Djalma Maranhão, essa estratégia considerava as bibliotecas como centros de formação de leitores e meios pelos quais os professores encontravam material para discutirem assuntos atinentes à educação, cuja vivência poderia possibilitar um trabalho pedagógico voltado para as camadas populares.

No entanto, tomarmos as atividades do INL como de toda alienante é, sem dúvida, cairmos no radicalismo ingênuo, pois algumas de suas ações foram significativas para a história dos livros, da biblioteca e do campo da Biblioteconomia no Brasil, como, por exemplo, propiciar divulgações sobre a cultura nacional, através da Revista do Livro; reconhecer e estimular a produção literária artística por meio de prêmios anuais; publicar obras raras da literatura brasileira e internacional; dentre outras em prol da cultura nacional. Contudo, ao estudarmos as ações do INL, assim como as políticas para produção e circulação de livros, deve-se fazer situando-as no quadro político, econômico cultural social de cada época.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A circulação e produção de impressos no Brasil, em diversos momentos históricos, assim como os desenvolvimentos das bibliotecas, estiveram condicionadas à ampliação das oportunidades educacionais, aos determinantes políticos, econômicos e sociais. No período de formação, os livros limitavam-se aos colégios das ordens religiosas, especialmente da dos jesuítas, exerciam o papel didático/doutrinário de elevação do espírito e tinham até o poder de exorcizar. Livros “em romances” e “poéticos”, considerados profanos para serem lidos, deveriam ser “emendados”, maneira pela qual sua leitura pudesse ser feita sem desvirtuar as vocações e a mente dos noviços. Esta provavelmente tenha sido a primeira forma de censura à leitura no Brasil.

A história das bibliotecas confunde-se com a dos livros, por estarem atrelados quer às ordens religiosas quer aos processos de ensino. A sua expressão e diversificação

concentraram-se na Região Sudeste, onde o acúmulo de capital possibilitou a ampliação das instituições educativas e culturais, em especial nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. No primeiro, por ser a sede das decisões governamentais; nos outros, pela expansão da agricultura e da indústria e, conseqüentemente, pelo aparecimento de uma nova burguesia. Ainda, em São Paulo, pelas imigrações que imprimiram modificações no campo de ensino, a cultura, e, por que não dizer, da sociedade.

Em resumo, a produção e circulação de livros, no Brasil, no 1º quartel do século XX, eram restritas por diversos fatores: o atraso editorial do país neste setor, a carência de canais de distribuição como livrarias, aliado ao elevado preço dos mesmos. Aspectos que se modificaram, em parte, a partir da publicação dos livros de venda fácil, os chamados livros de bolso e didáticos, a qual transformou o mercado editorial e, principalmente, os modos de leitura, fato que determinou a queda das importações de obras francesas, que detinham a preferência nacional. Também, possibilitou a expansão da circulação dos livros, que passaram a ser vendidos em supermercados e farmácias. Os livros didáticos, por terem uma clientela específica e um mercado garantido, foram objeto de disputa entre editoras e governo. Este, para minimizar a questão, criou a COLTED que foi absorvida pelo Instituto Nacional do Livro.

As formas restritas à produção e circulação de livros por religiosos, políticos, ou por condições econômicas, políticas, e a carência de canais de distribuição nos diversos momentos da nossa história, parecem ser bem atuais, na medida em que o número de livrarias é pouco significativo diante das dimensões geográficas do país; as bibliotecas são mal aparelhadas, e as coleções são obsoletas. Se não há mais restrição ao acesso aos materiais impressos por questões políticas, outros ainda se impõem, por exemplo, o baixo poder aquisitivo da maior parte da população brasileira, aliado ao número de analfabetos e analfabetos funcionais, questão historicamente construída e mantida pela classe dominante, como forma de sustentar-se no poder. Vê-se, portanto, que ainda permanece uma censura à circulação dos materiais de leitura a qual foge aos dispositivos legais, mas que se impõe de maneira a favorecer a poucos indivíduos privilegiados.

REFERÊNCIAS

A ATIVIDADE editorial no início do século.. In: MOMENTOS do livro no Brasil. Ática: São Paulo, 1997.

ANDRADE, Olympio de Souza. O livro brasileiro: problemas e perspectivas numa visão de conjunto. **Revista do Livro**, Rio de Janeiro, v.12, n.37, p.11-54, abr. /jun. 1969.

BRASIL. Ministério da Justiça. Decreto 1077. **Revista do Livro**, Rio de Janeiro, v.13, n.40, Enc. BIBLI: R. eletrônica de Bibl. Ci. Inform., Florianópolis, n. 20, 2º semestre de 2005

- p.212-213, jan. /maio. 1970.
- COUTINHO, Edilberto. O livro de bolso no Brasil. **Revista do Livro**, Rio de Janeiro, v.13, n.14, p.85-91, abr. /jun. 1990.
- ESCARPIT, Robert. A revolução do livro. **Revista do Livro**, Rio de Janeiro, v.10, n.31, p.11-32, jan./mar., 1969.
- GERMANO, J. Willigton. **Campanha de pé no chão também se aprende a ler**. São Paulo: Cortez, 1982.
- GOMES, Sonia de Comti. **Bibliotecas e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Pioneira, 1983.102p.
- HELLEWEEL, Laurence. **O livro no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1985, 693p.
- LEITE, Serafim. **Historia da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Portugália, 1938, v.2, p.541-544.
- LIVROS em farmácia. **Revista do Livro**, Rio de Janeiro, v. 12 n. 39. jan./maio, 1969.
- MASSI, Fernanda. Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais Brasileira. In: MICELLI, Sérgio. **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, 1989.
- MORAES, Rubem Borba de. **Livros e Bibliotecas no período Colonial**. Rio de Janeiro; Livros Técnicos e Científicos, 1979.
- OLIVEIRA, José Feliciano de. **O Ensino em São Paulo: algumas reminiscências**. São Paulo: Typografia Siqueira, 1963.
- ORTIZ, Renato. **Cultura e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- PEREGRINO JUNIOR, Umberto. INL: perspectivas. **Revista do livro**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 31 out/dez. 1967.
- RASPANTINI, Achilles. Biblioteconomia. **Revista Educação**. São Paulo, v.5, n.3/5, out./dez. 1931.

ABSTRACT

Analysis of the production and the circulation of books in Brazil. It is discussed the censorship of the books considering as a reference the Order of Jesuits (1550) and the military action in the seventies. It treats of some strategies for socialization of reading such as the production of pocket books and the sales of books in drugstores. It is broached the didactic university student books and the action of COLTED and the role of INL in the way it can make books circle around the country and create public libraries. It is referred the forms of censorship that happen in Brazil as an impediment to a practice of critical reading, notoriously, the decree 1077/71.

KEYWORDS: History of books- Brazil. Censorship of books. Didactic books – Brazil – history.

Originais recebidos em 22/03/2005